

# Prefeitos exigem reforma tributária imediata

Municípios enfrentam sua pior crise e não mais conseguem pagar gatilho aos funcionários

No seminário sobre Reforma Tributária na Constituinte, os prefeitos denunciaram ontem que a crise está se agravando cada vez. Os municípios não estão conseguindo pagar o gatilho salarial a seus funcionários e acham que a única solução é uma imediata reforma tributária. Entre as várias propostas apresentadas aos constituintes que participaram dos debates, foi sugerida a inclusão do Imposto sobre Operações Financeiras no Fundo de Participação dos Municípios. Os prefeitos defendem também a manutenção do Imposto sobre Serviços, que os constituintes estão pretendendo anexar ao novo ICM, o Imposto sobre Valor Adicionado, que englobará também vários outros tributos, como os atuais impostos únicos.



Sabóia: "Drama na periferia"

Kruger: "IOF tem que ser dividido"

Guerreiro: "Taxar o minério"

Correa: "Um bolo maior para a Amazônia"

Hanan: "A riqueza é mineral"

Lolola: "IBAM, apoio técnico aos prefeitos"

Dems: "Crise é muito grave"

O Prefeito de Blumenau (SC) Dalto dos Reis, chamou atenção para a dura realidade dos municípios. Lembrou a ocorrência das enchentes em 1983 e 1984, falou das enxurradas e dos vendavais que atingiram sua cidade. E ressaltou: "Se dependesse da União Federal, Blumenau ainda seria um amontoado de escombros".

acentuando que agora só se ouve falar de prorrogação de mandatos, em vez da defesa dos municípios, que estão falidos.

Em resposta, o representante do IBAM explicou que "todas as esferas devem se envolver no problema, sendo que a participação dos próprios constituintes e de um representante do IBAM já por si demonstrava o interesse geral em resolver ou tentar, pelo menos, solucionar o problema que é grave e merece a consideração geral".

Mais adiante, o prefeito Sérgio Conti, de Pedra Bela (SP), destacou que, apesar de toda a crise econômica, tem conseguido fazer muitas obras no município, além de dar aumentos seguidos aos funcionários, com os recursos do município de Pedra Bela.

Arginaldo Krüger, prefeito de Guarapuava (SP), também fez um histórico da situação de seu município.

Ele destacou a necessidade de que seja ampliada a base do Fundo de Participação Municípios, com um terceiro tributo, o IOF, que está excluído. "Quero ponderar que se considere esse apelo, o da inclusão de mais um tributo pois assim nem precisaremos aumentar o percentual. Isso se faz pela elevação da base tributária. É um ponto fundamental. Somente o IPI e o Imposto de Renda não bastam. Ambos estão defasados e numa base tributária muito estreita. Por isso é preciso incluir o IOF no Fundo".

O prefeito Manoel Mota, de Araranguá (SC), acentuou que na reforma tributária já houve avanços importantes, mas o Plano Cruzado acabou com todas as perspectivas de planejamento. Atualmente, mesmo com topos os aumentos que se propõem, "eles vão representar muito pouco, haja vista que os municípios vivem momentos dramáticos". Frisou Manoel Mota que Araranguá, por exemplo, é município exportador, do sul de Santa Catarina mas nada fatura com isso.

De Criciúma, Santa Catarina, o prefeito José Roberto Huser também destacou as mesmas premissas. Para ele, se a reforma tributária não for atingida a níveis reais, o municipalismo encontrará uma frustração, será uma falsa prosperidade.

"Nosso município é mineiro — e existem, como Criciúma, mais de mil no Brasil. Temos uma preocupação, com o Imposto Único sobre Minerais. E um reparo que precisamos fazer, pois segundo o relatório de José Serra, há exclusão de um retorno mais justo para os municípios mineiros. Mas não queremos só recursos, necessitamos de uma política mineradora mais justa em todos os sentidos".

João Roque D'Ambrosio, de Viadutos (RS), por sua vez, destacou o momento que estamos vivendo "como de grande importância para o País. Grande produtor de soja, Viadutos também necessita reajustar os seus impostos. Lembra a movimen-



Benito Gama: "Os constituintes querem beneficiar arrecadação dos Estados e municípios"

tação que está havendo em torno das penalidades que sofrerão os Estados mais ricos, como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Segundo João Roque, essa situação não pode ser levada a sério pela Subcomissão nem pelo relator João Serra.

O mediador, jornalista Carlos Newton, então esclareceu que o problema já estava resolvido, já que José Serra alterara o relatório, retirando o privilégio aos Estados de menor renda per capita.

Hélio Sabóia, Procurador-Geral do Estado do Rio de Janeiro, que participou do Seminário representando o governador Moreira Franco, fez um retrospecto das dificuldades enfrentadas, no Estado, pelo prefeito Saturnino Braga e o próprio governador. Abordou, com destaque, a participação dos Estados — maiores e menores — no bolo dos novos impostos, "cujo reparte deverá ser equânime, de modo a não deixar dúvidas, pois todos deverão participar".

"O Rio de Janeiro, por exemplo, que foi citado aqui", disse Sabóia, "como um Estado desenvolvido, perto de São Paulo é, também, um Estado subdesenvolvido. Bolsões de pobreza existem em todo lugar, como no Nordeste e Norte do País. A Baixada Fluminense, por exemplo, é extremamente pobre, tem problemas terríveis e tudo isso agravado em função da multiplicação populacional que existe. Não basta aumentar

impostos, é preciso elitizar os impostos, saber o que taxar. Não é o valor da carga tributária que tornará nenhum município ou Estado mais desenvolvido".

Corroborando as palavras do representante de Moreira Franco, o vereador Gilberto Silva, líder do PDT de Duque de Caxias, falou sobre o problema da miséria na periferia do Grande Rio.

Na segunda parte dos debates do seminário, o deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) falou sobre um dos problemas mais difíceis e delicados da reforma tributária — a mineração. Na condição de único especialista no tema, já que é o primeiro geólogo a ter assento no Congresso Nacional, Guerreiro desfez todos os equívocos que cercam a atividade mineradora. Explicou que, ao contrário do que se pensa, as pesquisas feitas por satélite são insuficientes para avaliar o potencial das jazidas.

"Trabalhei vários anos em Carajás, como geólogo, e posso garantir que ainda hoje não está avaliado o verdadeiro potencial daquela província de mineração" — assinalou, acrescentando que são necessários muitos anos de pesquisa para a correta avaliação de uma grande jazida.

Guerreiro acentuou que a atividade mineradora requer elevadíssimos investimentos e longo tempo de maturação. Justamente por isso, são poucas as empre-

sas privadas brasileiras que se interessam em atuar no setor.

"No caso do ouro, por exemplo, estamos hoje entregando nossas riquezas a uma multinacional, a Anglo American. Há mais de dez anos que adverti a respeito deste problema, prevenindo tudo que viria a acontecer. A culpa não é da multinacional, que é muito competente e está fazendo seu trabalho. O problema decorre da inexistência de uma política do ouro em nosso País. Tenho dados que revelam uma produção anual de 80 toneladas, mas os registros oficiais só apontam 28 toneladas. O resto está sendo contrabandeado".

Gabriel Guerreiro explicou também os problemas que envolvem a taxa dos produtos minerais. Disse que é inviável tentar estabelecer uma alíquota única, pois "cada tipo de minério tem um investimento diferente e uma rentabilidade toda especial. Além disso, as jazidas são dos mais diversos potenciais e não podem ser taxadas igualmente".

O especialista Samuel Hanan, presidente do Sindicato dos Produtores de Estanho, concordou com as afirmações do deputado paraense, destacando que a atividade de mineração é de alto risco e longa maturação. Normalmente, decorrem oito a dez anos, desde o início das pesquisas até a definição de um empreendimento mineral rentável.

"Por este motivo, a tributação da atividade mineral deve ser previsível e constante, para que as empresas tenham certeza de que as regras do jogo não serão mudadas a qualquer momento. No decorrer da implantação da lavra, passa-se por vários governos, e um deles pode repentinamente alterar a taxa, o que inviabilizaria o empreendimento. A preocupação do setor hoje é justamente esta, já que está sendo extinto o Imposto Único sobre Minerais, que passa a ser incorporado ao ICM, que é um imposto estadual. Na área mineral, é preciso ter estabilidade, para que as empresas se disponham a investir" — advertiu Samuel Hanan.

Explicou que o Imposto sobre Minerais tem alíquotas diferenciadas de acordo com o tipo de mineração, enquanto o ICM tem alíquotas constantes por região, variando nas transações interestaduais.

O deputado Mussa Demes (PFL-PI), vice-presidente da Subcomissão de Tributos, assegurou que os constituintes têm envidado todos os esforços para solucionar o problema tributário, que é muito difícil e intrincado, devido às disparidades regionais e às múltiplas facetas da atividade econômica.

Com a experiência acumulada em dois períodos como Secretário de Fazenda, tanto no Piauí quanto no Ceará, o que demonstra sua elevada capacidade profissional, o deputado do PFL disse estar muito preocupado com a situação a que chegaram Estados e municípios.

"Hoje, os Secretários de Fazenda tornaram-se meros tesoureiros. Não têm recursos para nada. Limitam-se a selecionar os pagamentos que devem ser feitos com prioridade. Mas tudo é inviavelmente pago com atraso. E agora, com o gatilho salarial, a situação agravou-se ainda mais, pois a arrecadação tributária não acompanha, de forma alguma, a inflação" — destacou Mussa Demes.

O prefeito Gervásio Maciel, de Ituporanga (SC), fez então um impressionante depoimento sobre as dificuldades enfrentadas em seu município. Acentuou que está cada vez mais difícil pagar ao funcionalismo e sente vergonha de ter de percorrer os ministérios em busca de recursos.

"São migalhas que nos dão, através de convênios. E nos tratam com indiferença e desprezo. Hoje, os prefeitos são verdadeiros pedintes" — advertiu Maciel, dizendo que a receita tributária deve ser dividida por por três, em partes iguais, para União, Estados e Municípios.

O presidente da Subcomissão de Tributos, deputado Benito Gama (PFL-BA), falou a seguir, explicando os cuidados que foram observados na preparação desta reforma tributária. Disse que o objetivo foi de beneficiar os municípios e os Estados, que foram vítimas da centralização do poder durante o regime militar.

"É evidente que os dirigentes da ditadura militar, para manter o poder político, tiveram de concentrar também o poder econômico. Assim, pouco a pouco foram centralizando a arrecadação tributária, diminuindo os poderes dos Estados e municípios e fazendo com que tudo dependesse diretamente do poder central" — lembrou Benito Gama.

O prefeito de Porto Velho (RO), Tomás Correa, concordou com as afirmações do presidente da Subcomissão, destacando que a situação criada no regime militar fez com que os municípios hoje estejam à beira da falência, de pires na mão, mendigando recursos ao Governo Federal.

Benito Gama lamentou que o problema tenha atingido esta gravidade, já que a maior parte das prefeituras tem dificuldades enormes para pagar o gatilho salarial a seus funcionários. Quanto à reforma tributária em curso, destacou o parlamentar baiano que os constituintes têm procurado estudar o assunto com profundidade e isenção, tentando encontrar a melhor solução para viabilizar as administrações municipais e estaduais, que hoje vivem uma grande crise, que se agrava em função das dificuldades econômicas por que passa o País.

Tomás Correa então acentuou que em Porto Velho a situação é particularmente dramática, devido à incessante migração interna que nos últimos anos tem elevado assustadoramente a população de Rondônia.

O prefeito de Camaçari (BA), Luis Caetano, falou em seguida, explicando os problemas decorrentes da existência do pólo petroquímico em seu município.

"Hoje, Camaçari é responsável por 30 por cento de toda a arrecadação de ICM no Estado da Bahia. Além disso, arrecadamos também com o ISS" — informou, acrescentando que está preocupado com a fusão de vários tributos num só, o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), que substituirá o atual ICM.

Luis Caetano pediu ao deputado Benito Gama que analisasse a possibilidade de ser criado um imposto especial para assistir os municípios que sofrem problemas de meio ambiente, como ocorre em Camaçari, Cubatão e outros centros industriais.

Benito Gama e Mussa Demes então se comprometeram a apresentar ao relator José Serra todos os subsídios apresentados no seminário, que prossegue hoje, a partir das 9 horas, no auditório do Senado Federal, com a presença de governadores, prefeitos, parlamentares e representantes do Governo Federal.

Cobertura do seminário: José Nunes, Carlos Newton e Natalício Norberto. Fotos de Jorge João e Valéria Almeida